

Crise de uma década nasceu com o choque do petróleo

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A crise do endividamento externo atingiu o Brasil — e os demais países da América Latina — logo depois do segundo choque do petróleo e da brusca elevação dos juros internacionais, em 1982, interrompendo uma fase de forte captação de recursos no mercado externo a preços baixos.

A dívida externa brasileira (contratada com mais de 360 dias, no médio e longo prazo) cresceu do nível de US\$ 12,6 bilhões em 1973 para US\$ 43,5 bilhões em 1978 e chegou a US\$ 93,9 bilhões no final de 1984, representando na ocasião 3,48 vezes o valor das exportações daquele ano.

No rastro da crise de liquidez mundial, agravou-se a situação do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento e o Brasil chegou a conviver com reservas líquidas internacionais negativas em 1983, enquanto as agências de bancos brasileiros no exterior atravessavam seus piores momentos. Havia secado as fontes espontâneas de financiamento e, diante do quadro, países devedores e bancos credores lançaram-se no processo de renegociação das dívidas, que foi iniciado pelo México e logo seguido pelo Brasil.

Primeiro acordo beneficiava a todos indistintamente

O primeiro acordo de reestruturação da dívida externa brasileira, assinado dentro do modelo que se tornou tradicional do sindicato de bancos credores — os termos acertados na mesa de entendimentos beneficiaram a todos, indiscriminadamente, e nenhum banco poderia levar vantagem sobre outro —, foi firmado em 20 de dezembro de 1982.

Era a fase I do Plano Financeiro Brasileiro, mas durou pouco tempo, porque na verdade foi um acordo de emergência, feito às pressas, em face da situação de alarme que se instalou no mercado internacional.

PROJETOS 3 E 4

Já nos primeiros meses de 1983 o Brasil suspendeu os pagamentos e deixou de receber dos bancos credores o desembolso previsto de US\$ 4,4 bilhões de "dinheiro novo" negociado dentro do acordo. Em meados de 1983 o País sentava-se novamente à mesa de negociações com os bancos credores privados, na tentativa de remendar o acordo anterior, salvando as linhas de financiamento de curto prazo dos projetos 3 e 4 (financiamento ao comércio e interbancário, respectivamente), que tinham fugido totalmente do risco Brasil.

O Brasil chegou a apresentar aos bancos, naquele ano, a idéia da capitalização parcial dos juros como alternativa ao processo clássico no qual os bancos entravam com "dinheiro novo" necessário ao finan-

ciamento do balanço de pagamentos, mas não prosperou. O acordo de 1983 também teve problemas e o País deu início a um novo processo de negociação com os bancos que esteve prestes a ser fechado no final do governo Figueiredo sob o estímulo do então presidente eleito Tancredo Neves, mas os bancos preferiram esperar o novo governo.

SECURITIZAÇÃO

No governo Sarney, o então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, não conseguiu negociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e teve dificuldades de entendimento com os bancos. A atitude internacional, contrária ao congelamento de preços, era geral. Funaro decretou a moratória da dívida em fevereiro de 1987 e caiu logo depois. Seu sucessor, Luiz Carlos Bresser Pereira, também não conseguiu fechar um acordo com os bancos, mas foi o primeiro representante de país devedor a lançar no cenário internacional a defesa do processo de "securitização" da dívida externa.

Em 1988, o Brasil fechou com os bancos o terceiro acordo da dívida externa negociado pelo então ministro Mailson da Nóbrega e considerado por muitos especialistas como um retrocesso, já que o País não tirou proveito das novas posições com relação à questão da dívida então correntes no meio acadêmico e mesmo em alguns segmentos do meio financeiro internacional.

DESGASTE

O acordo só serviu para desgastar ainda mais a imagem do País no exterior porque em meados de 1989, diante da total falta de condições cambiais, o Brasil viu-se obrigado a suspender os pagamentos externos.

Em 83, bancos preferiram esperar o novo governo

Os juros atrasados de 1989 e de 1990 acabaram sendo acertados na negociação encabeçada pelo embaixador Jório Dauster, no início deste governo, abrindo caminho para que o País pudesse chegar a um entendimento definitivo sobre o estoque da dívida de médio e longo prazos.

Outros avanços foram conseguidos na época da então ministra Zélia Cardoso de Mello: as linhas de financiamento de curto prazo, que os bancos sempre usaram para colocar o País na posição de refém dos credores, foram liberadas do processo de renegociação, deixando de ser compulsórias e, além disso, o setor privado, a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) passaram a fazer seus pagamentos diretamente aos credores externos sem a interferência do governo. Foram dois avanços importantes que ajudaram a desmistificar o processo de renegociação da dívida externa.